

**O BRASIL “INVENTADO” PELO VISCONDE DE PORTO SEGURO:
Os enredos temáticos e cronológicos da 1ª edição da *Historia geral do Brazil*, de
Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857)**

RENILSON ROSA RIBEIRO*

Levantar a questão de saber se essas verdades são verdades a serem enunciadas é ser forçado a encarar de frente a verdadeira questão política: a questão, tão velha quanto a filosofia política, de quando devemos endossar a mentira enobrecedora. No mundo real da prática política, das alianças cotidianas e das mobilizações populares, uma rejeição das raças e nações, na teoria, só pode fazer parte do projeto de uma prática política coerente se pudermos mostrar (...) não que a raça e a história nacional são falsidades, mas que elas são, na melhor das hipóteses, falsidades inúteis, ou – na pior, perigosas.

Kwame Anthony Appiah, *Na Casa de Meu Pai* [1997].

A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos indivíduos que lhe deram ilustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas relíquias; e não só o cadáver, como a espada do heroe que morreu pela independência da patria; a penna do escriptor que a ilustrou pelas letras; o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes.

Francisco Adolfo de Varnhagen, *Historia geral do Brazil* [1854].

Ao escrever as 54 seções da sua *Historia geral do Brazil*, num total de mais de mil páginas, cujos conteúdos se intercalavam com base na ordem cronológica dos fatos, o diplomata paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), mais tarde conhecido como visconde de Porto Seguro, tinha bem claro qual era a sua missão como historiador. Traçar as tramas do passado colonial era o caminho para explicar e legitimar as ações do seu tempo presente.¹

* Professor adjunto I e coordenador de ensino de graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *Campus* Universitário de Rondonópolis; membro do colegiado docente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *Campus* Universitário de Cuiabá; Doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Este texto faz parte do terceiro capítulo da pesquisa de doutoramento intitulada “*Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade*”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império, defendida em agosto de 2009, sob a orientação do professor doutor Paulo Celso Miceli, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹ Para conhecer sobre a vida e obra de Varnhagen, cf. GUIMARÃES, in: MOTTA, 2002: 75-96; CEZAR,

Para Temístocles Cezar, a determinação da origem nacional constituía-se para a geração de Varnhagen simultaneamente um problema teórico e uma aporia. Era um problema teórico porque se precisava das duas questões ao mesmo tempo: quem somos e de onde viemos; uma aporia pois “uma e outra deslizavam constantemente para o início da cadeia cognitiva que deveria estabelecer as condições e os limites do debate”. Enquanto a questão quem somos era

vazada por polêmicas filosóficas, literárias e pretensamente científicas, que inviabilizam a efetivação de uma proposição definitiva (ou “uma aquisição para sempre”, de acordo com a máxima de Tucídides, modelo de historiador da maior parte desses artesãos da nacionalidade, e mesmo do imperador); a segunda, “de onde viemos”, implicava em procedimentos que justificassem as especulações e mostrassem os caminhos “verdadeiros” da formação do “ser brasileiro”. Em meados do século XIX, parecia difícil aos homens de letras negar a natureza compósita do que viam: uma sociedade efeito da presença e cruzamento do europeu, do africano e do indígena (CEZAR, in: GUIMARÃES, 2007: 29-31).

Diante destes dilemas, Varnhagen se posicionou em defesa da matriz européia – a portuguesa – como motor civilizatório no processo de formação do Brasil e na construção interpretativa de uma história geral como uma continuidade da história da metrópole. Nas primeiras seções da primeira edição da *Historia geral do Brazil* este posicionamento fica evidente quando inicia sua narrativa com o tema do descobrimento da América Central, destacando os feitos do descobridor Cristóvão Colombo (1337/1448-1506). O nascimento do Brasil estava umbilicalmente ligado à sua mãe-pátria portuguesa, a sua metrópole. Os índios, como parte da flora e fauna da nova terra, apareceriam somente na oitava seção. Para o visconde de Porto Seguro, num primeiro momento, a disposição deste enredo temático e cronológico seria a proposta mais correta para se entender a integração do Brasil na história da humanidade (européia):

A secção 7.^a, bem como as tres seguintes poderiam passar ao principio da obra sem prejudicar o arranjo total della. Pareceu-nos porem que com o

in: GUIMARÃES, 2006: 29-41; 2006; SILVA, 2006; MOLLO, in: COSTA e OLIVEIRA, 2007: 99-118; OLIVEIRA, 2007.

methodo que nesta edição, pelo menos, adoptamos, a ligamos melhor á historia da humanidade em geral, na qual a do nosso paiz há-de um dia vir a figurar (VARNHAGEN, 1854: nota de fim 44 – 446).

A proposta de Varnhagen se diferenciava neste ponto da monografia premiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sobre como deveria ser escrita a história do Brasil, de autoria do naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). O seu plano definia a pesquisa da história da nação recém-independente em quatro grandes temas: 1. *Idéas gerais sobre a historia do Brasil*; 2. *Os indios (a raça côr de cobre) e sua historia como parte da Historia do Brasil*; 3. *Os portugueses e a sua parte na Historia do Brasil*; 4. *A raça Africana em suas relações para com a historia do Brasil*.² Pela ordem estabelecida por von Martius, os índios teriam chegado antes das embarcações portuguesas aportarem nessas terras tropicais:

Qualquer que se encarregar de escrever a Historia do Brasil, paiz que tanto promette, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem.

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para formação do homem convergido de um modo particular tres raças: a de côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das ralações mutuas e mudanças d'essas tres raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular.

Póde-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole innata, segundo as circumstancias debaixo das quaes ella vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contacto de tão differentes raças humanas, podemos avançar que a sua historia se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais (MARTIUS, 1844: 389-390).

Embora dialogasse com a proposta do naturalista, Varnhagen fez uma opção cronológica ao invés de temática para o desenvolvimento da sua narrativa e apresentou os indígenas somente a partir da oitava seção. Num aspecto em particular dentre outros,

² Para saber sobre a proposta de von Martius e sua trajetória intelectual, cf. KODAMA, 2005.

von Martius e Varnhagen apresentavam uma posição de consenso – era quanto ao papel do português no processo de formação da sociedade brasileira:

Cada uma das particularidades physicas e moraes, que distinguem as diversas raças, offerece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influencia para o desenvolvimento comum, quanto maior fôr a energia, numero e dignidade da sociedade de cada uma d'essas raças. D'isso necessariamente se segue o portuguez, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu n'aquelle desenvolvimento; o portuguez, que deu as condições e garantias moraes e physicas para um reino independente; que o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. (...)

Jámais nos será permittido duvidar que a vontade da providencia predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica (MARTIUS, 1844: 390-391).

Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitue a nacionalidade actual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá futura, é com esse elemento cristão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glorias da patria, e por conseguinte a historia nacional. Abrace embora exclusivamente os Africanos e a sua causa o historiador do captivo, impiamente importado, desses infelizes; abrace ainda mais ternamente os Indios, e defenda, com o hallucinado P. Las Casas, a resistencia que opposeram e opõem a libertar-se da escravidão da anthropophagia selvagem, em que jaziam e jazem, o historiador dos Indios; -- a historia da actual nação, -- a historia *geral da civilização* do Brasil, deixaria de ser logica com o seu proprio titulo, desde que aberrasse de symphatisar mais com o elemento principalmente civilizador (VARNHAGEN, 1857: XXV).

Definida sua rota de viagem, tomando Portugal como ponto de partida para a história do Brasil, Varnhagen lançou as velas ao mar para forjar a sua epopéia, fazendo a invocação do passado glorioso da pátria que escolhera para se abrigar. De acordo com Arno Wehling, Varnhagen foi sem de sombra dúvidas um coerente lusitanófilo no quadro geral do processo civilizador,

uma vez que a obra portuguesa fora responsável pela extensão territorial do país e pela sua unidade política. As situações e fatos que favoreceriam ou prejudicavam essas características – as quais viabilizariam o Brasil independente do século XIX – foram devidamente avaliados e apresentados quando da narração dos acontecimentos (WEHLING, 1999: 187).

Escrever a história do Império do Brasil era imortalizar o reinado de seu soberano D. Pedro II, a quem dedicou sua *Historia geral do Brazil*. Ele cumpria, por este raciocínio, a missão do IHGB e do Império – “fomentar o estudo da Patria Historia, tão importante ao esplendor da Nação, á instrucção comum e ao bom governo do paiz” (VARNHAGEN, 1854: dedicatória).³

Sob o majestoso manto do Imperador, Varnhagen desejava encontrar a proteção e o reconhecimento da casa da memória nacional, bem como do Estado imperial do qual fazia parte como diplomata:

O autor do presente ensaio de uma compendiosa HISTORIA GERAL DO BRAZIL, votada áquella associação, de que faz parte, e a cujas publicações e impulso tanto deve, beija pois reverentemente com o mais espontaneo fervor a Mão do Sabio Imperante, que protegeu tambem esta obra, não só Protegendo o mesmo Instituto, senão Favorecendo e Estimulando o autor della com Regia Munificencia. SENHOR! Ao alistar-me em último logar entre os chronistas da Terra de Santa Cruz, afanei-me por estremar patrioticamente os factos mais importantes, e por os referir com a maior imparcialidade; e a tal respeito a voz da consciencia não me accusa mínimo escrupulo. E Dignando-se Vossa Magestade Imperial acolher benignamente este trabalho, que, apezar das suas irregularidades e rudeza que a lima do tempo irá afeiçoando, ousei dedicar a Vossa Magestade Imperial, desvaneço-me a publicar que ao Seu Glorioso Reinado, eminentemente organisador como a seu tempo dirá friamente a Historia, devi todos os elementos para ele (VARNHAGEN, 1854: dedicatória).

³ Sobre a relação entre o poder imperial, o IHGB e escrita da história no Brasil do século XIX, cf. GUIMARÃES, 1988: 05-27.

Antes de apresentar os eixos conceituais que balizaram a análise dos enredos temáticos da *Historia geral do Brazil*, a dedicatória de Varnhagen carece de algumas ponderações acerca da forte marca do tempo saquarema na sua construção.

Primeiro ponto: o historiador sorocabano apresentou a sua obra máxima dentro da cronologia do Brasil após as turbulências do período regencial, responsável pela fragilidade do Império nascente. A *Historia geral do Brazil* seria o fruto dos anos de estabilidade e paz promovidos pelo reinado de D. Pedro II, assim como o discurso ordenador que estabeleceria a ordem da marcha temporal desde os tempos coloniais até aquele momento tido como sublime da história da nação. Havia de imediato um comprometimento da ordenação do passado com o próprio tempo do historiador, o da sua experiência vivida e compartilhada.

Segundo ponto: por ser um dos instrumentos ordenadores do tempo e da ordem, a *Historia geral do Brazil* como definidora das origens e da instituição da sociedade apresentava o compromisso de relatar seu desenvolvimento como uma possibilidade de conservação ou transformação. Ela seria conservação na medida em que pregava a continuidade da herança portuguesa (a metrópole) no presente da nação brasileira (antiga colônia), manifesta na própria sucessão do trono; transformação a partir do momento que rompia com as fissuras latentes dos tempos das rebeliões regenciais.

Para Varnhagen, as turbulências dos farrapos e cabanos, a semelhança dos movimentos de emancipação dos mineiros, baianos e pernambucanos que ocorreram nas vésperas da independência, só poderiam constituir narrativas de períodos de crise, sujeitos à censura, ao silêncio ou ao esquecimento. Estes movimentos de fragmentação eram interpretados pela lógica do tempo saquarema, do qual o visconde de Porto Seguro influenciara e era influenciado, como um entrave à ordem e à centralização do Estado imperial. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, para os saquaremas a preservação da ordem e a difusão de uma civilização emergiam como objetivos fundamentais:

eram também os meios pelos quais empreendiam a construção de um Estado e possibilitavam a constituição de uma classe. Por sua vez, e de modo necessariamente complementar, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial tornavam-se não apenas os resultados de uma intenção traduzida em ação, mas também os

requisitos que asseguravam a ordem e difundiam a civilização (MATTOS, 1989: 166).⁴

Nesse contexto, a manutenção de uma ordem para os saquaremas não significava apenas prevenir ou conter os diferentes crimes, reprimir os levantes urbanos, silenciar as lutas pela posse da terra, combater as revoltas escravas ou destruir quilombos, mas também procurava “conhecer a população do Império, sua distribuição e ocupação, vigiando aqueles que eram sempre vistos como vadios e desordeiros”. A tarefa de preservar a ordem

significava, efetivamente, garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos, da casa-grande e da senzala, dos sobrados e dos mocambos; do monopólio da terra pela minoria privilegiada que deitava suas raízes na Colônia e no tempo da corte portuguesa no Rio de Janeiro; das condições que geravam a massa de homens livres e pobres, reforçadores do monopólio da violência pelos senhores rurais ou agregados às famílias urbanas. Significava ainda garantir a reprodução das relações com o mundo exterior, capitalista e civilizado, por meio da prevalência da coroa, propiciadora da associação estreita entre negócios e política e da dominância do capital mercantil. Significava ainda mais: o monopólio da responsabilidade pelo soberano, exercido por meio dos políticos imperiais. Significava também preservar a integridade territorial do Império, embora preservando as diversas regiões e a preponderância da região de agricultura mercantil-escravista, e dentro desta a prevalência do "Sul", polarizado pela corte, depositária dos olhos vigilantes do soberano. Significava, no fundo e no essencial, reproduzir os “três mundos” do Império do Brasil, a hierarquia entre eles e no interior de cada qual, timbrando não só a diferença entre pessoas e coisas - isto é, os escravos -, mas também entre as próprias pessoas - o povo e a plebe -, de tal forma que o “lugar” de cada um se definia pelos nexos pessoais que conseguia construir e ter, tanto com aqueles que se situavam imediatamente “acima” quanto com os que vinham “abaixo” (MATTOS, 1989: 166).

Por esta razão, a escrita da sua história geral só seria possível à luz das benesses do reinado de D. Pedro II – pelo estabelecimento da ordem e do poder centralizador,

⁴ Cf. também MATTOS, 2004.

elementos fundamentais para o processo civilizatório brasileiro. Na dedicatória, Varnhagen evidencia tal interpretação quando formulou que na narrativa do passado colonial encontraria as bases para a explicação do presente, da verdade do Segundo Reinado, pois para “o mais humilde e leal súdito” o Império era uma realidade inquestionável e inevitável. O futuro da nação coroada estava definido pelo seu passado e presente.

Numa articulação semelhante à elaborada até aqui, Arno Wehling observou que no diagnóstico do Visconde de Porto Seguro, assim como dos letrados reunidos no IHGB, nos anos 1840 e 1850,

parecia evidente que a consciência nacional não era algo solidamente estabelecido. A secessão provincial nas regências, o afastamento geográfico, a existência de indígenas e escravos eram fatores intranquilizadores para este ponto de vista. Cabia, assim, à intelectualidade promover, por meio dos estudos históricos, o desenvolvimento desta consciência, tornando-se um acelerador da história (WEHLING, 1999: 112).

Essas considerações a partir da dedicatória à figura de D. Pedro II na *Historia geral do Brazil* permitem traçar com maior clareza os contornos da arquitetura cronológica e temática da sua narrativa, amparados nas articulações entre os conceitos fixos e essencializantes de cultura e identidade.⁵

Traçar os enredos da escrita da história nacional, forjadas pela pena de Varnhagen, nesse exercício desconstrucionista permite que se reconheçam os significados políticos presentes na forma como são inventadas as tradições e se invoca o passado. Segundo Stuart Hall, o passado continua a falar com o mundo contemporâneo, mas já não o faz como um mero passado factual que se dirige aos leitores nos manuais e compêndios, pois a relação com ele, como a de um filho com a sua mãe, “é sempre já ‘depois da separação’”. O passado, embora encoberto pelo discurso da imparcialidade e da verdade, como defendeu Varnhagen na sua dedicatória ao monarca,

⁵ De acordo com Paul Gilroy, ao se considerar o poder das raízes e do enraizamento como base da identidade, deparava-se “com invocações de organicidade que forjaram uma conexão incômoda entre os domínios conflitantes da natureza e da cultura. Elas fizeram com que a nação e a cidadania parecessem ser fenômenos naturais em vez de sociais – como que expressões espontâneas de uma distinção palpável numa harmonia interna profunda entre o povo e seus lugares de moradia” (GILROY, 2007: 154).

é construído sempre por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação e sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento. Donde haver sempre uma política de identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa ‘lei de origem’ sem problemas, transcendental (HALL, 1996: 70).

Com base nesta afirmação, pode-se deduzir que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente como se configura nas páginas da *Historia geral do Brazil*, bem como em outras obras dos intérpretes do Brasil ao longo da primeira metade do século XX, seria uma fantasia ou invenção. Embora acreditasse que estivesse realmente descrevendo o passado nacional como de fato aconteceu, Varnhagen estava o inventando discursivamente com base no arranjo das fontes e na concepção almejada de história e de nação.⁶

O visconde de Porto Seguro como um indivíduo da modernidade, em pleno século da História, acreditava no ideal nacional. Não conseguia conceber o mundo sem o Estado-nação. Sem este sentimento de identificação nacional, assim como seus contemporâneos, vivenciaria um profundo sentimento de perda subjetiva – de deslocamento.⁷ Era um sujeito essencialmente territorializado, marcado pela sina da quimera da origem e da tradição. Essas marcas podem ser vislumbradas no seu apego às tradições aristocráticas, base para a consolidação de uma nação:

Entretanto por mais que correm os seculos, não ha paiz, embora blazone de mui republicano, que não aprecie sua aristocracia; isto é a nobreza hereditaria; -- sendo que a tradição das famílias vem com o andar do tempo

⁶ De acordo com Stuart Hall, as culturas nacionais no mundo moderno se constituíram em uma das fontes primordiais da identidade cultural. As identidades não estariam inscritas nos genes, embora se pensasse que se fossem parte da natureza essencial (HALL, 2006: 47).

⁷ Ao abordar esta obsessão pela identidade nacional por parte da modernidade, Ernest Gellner teceu as seguintes considerações: “A idéia de um homem sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mais que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal” (GELLNER, 1993: 06).

a constituir a historia da pátria. A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos individuos que lhe deram illustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas reliquias; e não só o cadaver, como a espada do heroe que morreu pela independencia da patria; a penna do escriptor que a illustrou pelas letras; o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes. A além de quê, a experiencia prova que as aristocracias, sustentáculos dos thronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões e despotismos do poder, e contra os transbordamentos tyranicos e intolerantes das democracias (VARNHAGEN, 1954: 79-80).

Afirmações como estas ao longo da *Historia geral do Brazil* e também em outros escritos do autor têm apontado para o fato de que a consolidação estatal da nação era a sua obsessão. O Estado-nação era prioridade e o povo assumiria papel secundário em sua narrativa:

O Estado forte, maior do que a sociedade, criador da nação e aperfeiçoador pedagógico e étnico do povo – eis o ideal de Varnhagen. Tudo o mais – representação, funções estatais, relações internacionais, formas de governo – cede o passo ao objetivo maior de um *Estado regenerador*. Tudo o que destoa deste padrão unitário, ou que o ameaça, é condenado: os indígenas que, no interior, não se submetem à lei do Estado; o tráfico, porque introduz uma população estranha à comunidade luso-brasileira (a condenação não se faz em nome de direitos civis, filantropia ou do protagonismo dos economistas); o poder político da grande propriedade, aqueles a que se referia como os “mandões” do interior, porque diluíam a autoridade central; a liberdade da Igreja, porque comprometia o regalismo (WEHLING, 1999: 91).

Na análise da justificativa de sua *Historia geral do Brazil*, bem como da própria narrativa, pode-se identificar indícios de uma história jupiteriana, ou seja, uma história da soberania, uma história que se desenvolveria na dimensão e na função da soberania. Segundo Michel Foucault,

O discurso histórico, o discurso dos historiadores, essa prática que consiste em narrar a história permaneceu por muito tempo o que ela era de certo na

Antiguidade e o que era ainda na Idade Média: ela permaneceu por muito tempo aparentada com os rituais de poder. Parece-me que se pode compreender o discurso do historiador como uma espécie de cerimônia, falada ou escrita, que deve produzir na realidade uma justificação do poder e, ao mesmo tempo, um fortalecimento desse poder. Parece-me também que a função tradicional da história, desde os primeiros analistas romanos até tarde na Idade Média, e talvez no século XVII e mais tardiamente ainda, foi a de expressar o direito do poder e de intensificar seu brilho. Duplo papel: de uma parte, ao narrar a história, a história dos reis, dos poderosos, dos soberanos e de suas vitórias (ou, eventualmente, de suas derrotas provisórias, trata-se de vincular juridicamente os homens ao poder mediante a continuidade da lei, que se faz aparecer no interior desse poder e em seu funcionamento; de vincular, pois, juridicamente os homens à continuidade do poder e mediante a continuidade do poder. De outra parte, trata-se também de fasciná-lo pela intensidade, apenas suportável, da glória, de seus exemplos e de suas façanhas (FOUCAULT, 1999: 76-77).

A presença desta tradição de escrita da história em Varnhagen, que remontaria aos pensadores romanos, pode ser vislumbrada na presença de recursos retóricos na sua construção discursiva da história da nação. Para Laura Nogueira Oliveira, dentre as prescrições estabelecidas pelo visconde de Porto Seguro para o ofício do historiador estavam três identidades: o erudito, o filósofo e o literato.⁸

Ao analisar a identidade do historiador como filósofo sob a perspectiva varnhageniana, a autora mostraria a influência dos pensadores da Antiguidade na concepção de história de Varnhagen. Como historiador-filósofo, ele defenderia que se buscasse “no passado as ações dignas de serem louvadas e eternizadas; ao mesmo tempo, a história castigaria os maus, eternizando a sua desonra” (OLIVEIRA, 2007: 20).⁹

Neste sentido, a história seria a *mestra da vida* por oferecer lições de virtude e incentivar sua imitação e emulação. Em suas cartas, memórias, prefácios e livros, Varnhagen reforçava a idéia da história como luz, pois, “ao iluminar o passado e clarear o caminho percorrido pelos homens, era capaz de apontar rumos e guiar os homens no

⁸ Cf. OLIVEIRA, 2007. Estas reflexões foram elaboradas pela autora a partir da análise do ensaio *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*, de Varnhagen, escrito em 1852.

⁹ Para uma análise sobre a formação intelectual de Varnhagen, cf. também SILVA, 2006.

presente” (OLIVEIRA, 2007: 57). Para Laura Nogueira Oliveira, Varnhagen abordava temáticas caras aos antigos:

a função moral da história e o incentivo à imitação e à emulação, a convicção de ser necessário escrever uma história imparcial, capaz de premiar e de vilipendiar, a certeza de que escrevia a verdade histórica e a esperança de se alcançar a eternidade graças à obra que se edificava. Esses pressupostos, por sua vez, recebiam o aval de contemporâneos que reconheciam nele a competência para escrever uma história segundo aquelas finalidades. A relação com o pensamento clássico também pode ser constatada em várias passagens da HGB [*Historia geral do Brazil*], nas quais Varnhagen faz referência a autores como Cícero, Heródoto, Strabo, Tácito, ou em que o autor recomendava que se buscassem informações na *Ilíada* (OLIVEIRA, 2007: 67).

Por acreditar nesta concepção de história, Varnhagen esperava que sua *Historia geral do Brazil* fosse útil não somente para os da sua época, mas também para a preservação da memória do legado da monarquia brasileira – da história dos reis, da soberania, como diria Michel Foucault, e do legado de seu ofício como historiador para a posteridade.

Para se compreender as representações da formação da nacionalidade brasileira, produzidas por Varnhagen na sua *Historia geral do Brazil*, perseguiu-se a seguinte questão apresentada por Stuart Hall, com base nas afirmações de Homi Bhabha: *Como é contada a narrativa da nação ou da cultura nacional?*¹⁰

Diante das possíveis respostas a esta pergunta-problema, optou-se pela apropriação de cinco elementos principais constituidores da narrativa da nação ou da cultura nacional eleitas por Stuart Hall para se pensar o caso Varnhagen e a escrita da história do Brasil: 1. *Origens* – O Descobrimento do Brasil; 2. *Povo* – Índios, Negros e Portugueses; 3. *Mito fundacional* – Invasões Holandesas; 4. *Continuidades* – Independência do Brasil; 5. *Invenção da tradição* – o fardo do legado de uma *história geral* (HALL, 2006: 52-56).

¹⁰ Para Homi Bhabha, “as nações tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente” (BHABHA, 1990: 01).

Essas temáticas varnhagenianas se articularam conceitualmente com os elementos formadores da narrativa da nação, servindo de ferramenta analítica para o desenvolvimento dos argumentos desta análise. A intenção era entender como no processo da escrita Varnhagen manipulou esses elementos mediado pelo impulso de unificação, existente no cerne das culturas nacionais.

Para Stuart Hall, o discurso da cultura nacional seria responsável pela construção de identidades que seriam colocadas, de maneira ambígua, entre o passado e o futuro. Ele se equilibraria

entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido”, quando a nação era “grande”, são tentadas a restaurar identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas freqüentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as “pessoas” para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os “outros” que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente (HALL, 2006: 56).

Feita a eleição dos enredos temáticos, os próximos movimentos se concentraram no entendimento de como o visconde de Porto Seguro os agenciou na escritura da sua *Historia geral do Brazil*, tendo em vista o projeto do IHGB e do Império de construção do passado desejado – aquele que forjasse os sentimentos de lealdade, unidade e identificação simbólica. O *Brasil Colônia* como lugar do discurso representaria o cenário ideal para a elaboração de uma nova experiência do tempo.¹¹

Esse era o desafio-limite da geração saquarema, escrever uma história que organizasse o tempo da nação a partir do evento da Independência, seja como ruptura,

¹¹ Para Valdeci Lopes de Araujo, a experiência do tempo não foi sempre a mesma, cada época forjou modos peculiares de relacionamento com essa dimensão central da existência humana. A formação do conceito moderno de história no Brasil teve seu começo a partir do processo geral de historicização da realidade que havia eclodido com os eventos que culminaram na Independência política em 1822: “A Independência do Brasil enquanto Império separado do Reino de Portugal – e sua constituição como Estado nacional moderno – representou o desafio-limite para o quadro conceitual herdado do século XVIII luso-brasileiro. A constituição de um novo corpo político exigiu operações conceituais que dimensionassem o tipo de relacionamento com o tempo que a criação de uma individualidade histórica requeria” (ARAÚJO, 2008: 20).

seja como continuidade. Era a sina dos homens do tempo de Varnhagen “erguer à glória um monumento que lhe faltava”, e do qual emanaria elevada honra aos que reunidos no IHGB oferecessem “às vistas da nação como opífices do majestoso edifício da nossa história” (BARBOZA, 1839: 15).¹²

No encerramento da primeira seção da sua *Historia geral do Brazil*, Varnhagen arrogava para si a missão patriótica de elevação da obra-monumento, uma nova certidão de nascimento para o Brasil, nação-filha da mãe-pátria Portugal:

De mui tenros annos levantámos a essa ardua tarefa nosso pensamento, desejosos de prestar este serviço ao paiz em que nascemos. Começamos por colligir notas e documentos; trabalho ímprobo que nos consumiu muitos annos; mas que era indispensavel para se apurar a verdade em muitos factos, desconhecidos uns, outros transtornados ou offuscados pelo tempo. A’ medida que avançavam proficuamente nossas pesquisas, que encontravamos novos materiais para o projectado edificio, cobravamos maiores receios, ao conhecer que o mesmo edificio reclamava de dia para dia mais habil architecto; pois que, sem alargar as proporções nem perder de vista a indispensavel condição da unidade, convinha aproveitar bem a crescente profusão dos materiaes, e sobretudo ligal-os com não inadequado cimento. Ao antigo projecto cheio de fé e de esperanças, como todos os projectos da mocidade, seguia-se o desanimo e o abandono de tudo, quando impulso mais poderoso veiu suster nossas locubrações (VARNHAGEN, 1854: 10-11).

Erigido o livro-monumento, coube a tarefa de vasculhar seus alicerces e armações, identificando seus traçados e contornos. Neste sentido, não houve neste estudo a preocupação de se fazer o esforço de separar afirmações sobre a realidade das asserções acerca de como deveria ser a realidade. Tal recusa de se pensar dentro desta lógica foi explicitada da seguinte maneira por Tomaz Tadeu da Silva:

¹² Cabe lembrar que “a aceleração do tempo e a consciência do tempo presente têm como consequência direta uma aguda percepção da finitude, seja individual, geracional ou coletiva. Essa percepção explicaria a obsessão pelas ruínas e pelos monumentos do passado como um dos efeitos dessa consciência da finitude. Por isso, ao lado das demandas por sentido e direção, de maneira complementar, a preocupação com a história também assumia a função de registro monumental do presente, ou seja, de memória. O projeto da História Geral do Brasil, tal como debatido no IHGB, culminava estas duas demandas: sentido e monumentalização” (ARAÚJO, 2008: 187-188).

Da perspectiva da noção de discurso, estamos dispensados dessa operação, na medida em que tanto supostas asserções sobre a realidade quanto asserções sobre como a realidade deveria ser têm ‘efeitos de verdade’ similares. Para dizer de outra forma, supostas asserções sobre a realidade acabam funcionando como se fossem asserções sobre como a realidade deveria ser. Eles têm o mesmo efeito: o de fazer com que a realidade se torne o que elas dizem que é ou deveria ser (SILVA, 2001: 13).

Não se buscou neste ensaio sobre dos enredos temáticos e cronológicos da *Historia geral do Brazil* a definição da verdadeira identidade do Brasil e do ser brasileiro pela sua celebração ou contestação. Não se desejou vislumbrar a identidade autêntica da nação nas entrelinhas da obra-monumento do visconde de Porto Seguro. Denunciar os estereótipos e preconceitos presentes em suas páginas seria limitar o debate ao campo do jogo das identidades, reafirmando rótulos e juízos de valores consagrados pela chamada história das idéias no Brasil sobre o historiador sorocabano.

* * *

As tramas desta pesquisa procuraram atrelar os enredos temáticos e cronológicos, forjados por Varnhagen para sua história geral, à lógica da cultura e da identidade essencializadas e fixas, que buscam delimitar a nação como uma entidade unívoca e hegemônica e, mais ainda, como uma necessidade para o futuro da humanidade. Entender os mecanismos como os germens e alicerces da nação foram buscados no passado colonial brasileiro constitui o norte da bússola da navegação pelas seções da *Historia geral do Brazil*. Tentar decifrar este discurso, da fabricação da nação como verdade, passa pela procura das relações de poder e saber que a instituiu por meio da pena do Visconde de Porto Seguro.¹³

¹³ De acordo com Michel Foucault, a vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, presente na ordem dos discursos, “apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Recordemos aqui, apenas a título simbólico, o velho princípio grego: que a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade. Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apontada sobre um suporte e uma distribuição tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro”

Na esteira do que propôs Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2001: 22), o que se desejou estudar foi como se constituiu “um arquivo de imagens e enunciados”, um “estoque de fontes de verdades” sobre o Brasil do tempo de Varnhagen a partir da evocação, ou melhor, invenção discursiva do seu passado colonial.

Em síntese, fez-se a história da emergência de um objeto de saber – de um tempo e de um espaço de poder: o passado colonial brasileiro. O passado definiria o campo de atuação de um saber – a história; o colonial marcaria uma temporalidade; e o adjetivo brasileiro desenharia um território – o corpo da nação. Na confluência destes elementos o povo e seus feitos entrariam em cena na trajetória linear rumo à nação independente, aquela do presente do seu artífice.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*, 2 ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

APPIAH, K. A. *Na Casa de Meu Pai – A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, V. L. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

BARBOSA, J. C. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. *RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 09-17.

BHABHA, H. (org.). *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1990.

CEZAR, T. A. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis, in: GUIMARÃES, M. L. S. (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 29-41.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GELLNER, E. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GILROY, P. *Entre campos: nações, culturas e fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARÃES, L. M. P. Francisco Adolfo de Varnhagen – História geral do Brasil, in: MOTTA, L. D. (org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico, 2. 2 ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002, p. 75-96.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 01, 1988, p. 05-27.

(FOUCAULT, 2002: 17-18).

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

_____. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 24, 1996, p. 68-75.

KODAMA, K. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MATTOS, I. R. Do Império à República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 02, n. 04, 1989, p. 163-171.

_____. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo 06, 1844, p. 389-390.

MOLLO, H. M. História Geral do Brasil: entre o espaço e o tempo, in: COSTA, W. P. e OLIVEIRA, C. H. de S. (orgs.). *De um império ao outro: Estudo sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2007, p. 99-118.

OLIVEIRA, L. N. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RIBEIRO, R. R. “*Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade*”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SILVA, T. T. Q. *A escrita da tradição: a invenção historiográfica na obra História Geral do Brazil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen (1854-1857). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VARNHAGEN, F. A. *Historia geral Brazil*, tomo I. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

_____. *Historia geral Brazil*, tomo II. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1857.

WEHLING, A. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.